

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E MINORIAS

REQUERIMENTO Nº /2007.

(da Sr^a. Janete Rocha Pietá)

Requer a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Minorias, destinada a tratar do Programa Afroatitude.

Senhor Presidente,

Nos termos do Artigo 117, inciso VIII do Regimento Interno, requeiro, ouvido o plenário, a realização de audiência pública destinada a tratar do Programa Afroatitude.

JUSTIFICAÇÃO

A realidade social brasileira é caracterizada por marcantes desigualdades entre diversos segmentos da população, onde se observa a presença da população afro-brasileira na base da pirâmide social. Atento a tal realidade, o Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva tem proporcionado uma série de iniciativas com o objetivo de promover a igualdade de oportunidades.

Dentre tais iniciativas, pode-se considerar o Programa Integrado de Ações Afirmativas (Brasil Afroatitude). Esse Programa, de âmbito nacional, que é uma parceria entre o Programa Nacional de DST/Aids do Ministério da Saúde e Universidades que possuam Programa de Ação Afirmativa para afrodescendentes e que adotam o regime de cotas para acesso dessa população, conta com a participação de diversos órgãos do Governo Federal, tais como, SEDH – Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, SEPPIR – Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República, SESU/MEC – Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação e CT - SPN – Comitê Técnico Saúde da População Negra do Ministério da Saúde.

O Programa Afroatitude tem como objetivo principal selecionar alunos negros ingressantes no ensino universitário, pelo sistema de cotas adotado por algumas universidades públicas brasileiras. Esses alunos recebem uma bolsa de Iniciação Científica para desenvolver projetos de pesquisa, extensão e ensino, sob a

orientação de professores da instituição, integrando estudos e ações prioritariamente sobre as questões raciais e as doenças sexualmente transmissíveis, em especial Aids. A bolsa, além de estimular as pesquisas, a produção de conhecimento e os debates sobre o preconceito racial e em relação aos portadores do HIV/Aids, proporciona aos alunos condições de permanência na Universidade.

Considerando a experiência acumulada ao longo dos últimos anos, no âmbito do Programa Afroatitude, faz-se relevante analisar essa experiência a fim de identificar seus avanços e os desafios que porventura se apresentem para sua continuidade. Tal análise em muito contribuirá para o aperfeiçoamento da formulação e implementação de políticas de promoção da igualdade, o que justificativa a participação dessa Comissão nessa discussão.

Deverão ser convidados para a audiência as seguintes autoridades e especialistas. Mariângela Batista Galvão Simão (Programa Nacional de DST/AIDS), Ronaldo Mota (Secretário de Ensino Superior – MEC), Alexandre Reis (Subsecretário de Ações Afirmativas da SEPPIR), Timoty Mulholland (Reitor da UNB), Maria de Lourdes Silva (Coordenadora do Programa Brasil Afroatitude), Prof. Jorge Luis Riscado (Coordenador do Programa Brasil Afroatitude- UFAL), Ivair dos Santos (Presidente do Conselho Nacional de Combate a Discriminação-SEDH).

Pelo exposto, solicito aos nobres pares o apoio ao presente Requerimento.

Sala das Comissões, 30 de agosto de 2007.

JANETE ROCHA PIETÁ

Deputada Federal – PT/SP